



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

PORTARIA Nº 151, DE 08 DE SETEMBRO DE 2010

Outorga a Pantanal Indústria e Comércio de Carnes Ltda, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água e diluição de efluentes tratados no Córrego Bom Jardim.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual c/c a Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT); e,

Considerando os Termos da Lei Estadual 6.945, de 05 de novembro de 1997, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º27, de 09 de junho de 2009, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga superficial de Rios de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n.º29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios técnicos referentes à outorga para diluição de efluentes em corpos hídricos superficiais de domínio no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n.º11, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de águas de domínio do Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1º Outorgar a Pantanal Indústria e Comércio de Carnes Ltda., CNPJ nº 09.053.625/0004-39, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no córrego Bom Jardim, afluente pela margem direita do Rio Peixoto de Azevedo, com a finalidade de abastecimento e diluição de efluentes do frigorífico para abate de bovino no município de Matupá, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – Coordenadas geográficas do ponto de captação: Lat. 10º 08' 40,56" S e Long. 54º 56' 18,06" W, com uma vazão máxima de captação de 100 m³/h (0,0142 m³/s ou 14,20 L/s), durante 12 horas por dia, 302 dias no ano, totalizando uma vazão diária de 1.200 m³ e uma vazão anual de 362.400,00 m³;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

II – Coordenadas geográficas do ponto de Lançamento de efluentes: Lat. 10° 08' 32,4" S e Long. 54° 56' 13,2" W, com uma vazão máxima de lançamento de 100 m³/h (0,0142 m³/s ou 14,20 L/s) e concentração máxima de DBO de 53,72 mg/L totalizando uma carga máxima de 64.464 g de DBO/dia;

III – O empreendedor deverá instalar um medidor de vazão contínua nos sistemas de captação, com medições mensais cujo relatório terá que ser enviado semestralmente para a Gerência de Outorga. O prazo para instalação do equipamento é de 120 dias contados a partir da data de publicação desta Portaria;

IV – O empreendedor deverá instalar medidor de Vazão de efluentes automático com totalizador em m³/s / m³/h / m³/dia e m³/mês para monitoramento do lançamento de efluentes da última lagoa de tratamento até o manancial. O prazo para instalação do equipamento é de 120 dias contados a partir da data de publicação desta Portaria;

V – O empreendedor deverá realizar mensalmente o monitoramento da qualidade da água do rio e do efluente final dos parâmetros: Fósforo Total, Ortofosfatos, pH, temperatura da água, Óleos e Graxas, DBO, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio Total, e DQO. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Gerência de Outorga semestralmente até o prazo de validade desta outorga.

Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 02 de setembro de 2016, podendo ser suspensão parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

Art. 4º A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

Art. 7º A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 08 de setembro de 2010.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMPRA-SE.

ALEXANDER TORRES MAIA
Secretário de Estado do Meio Ambiente
SEMA/MT

(Original Assinada)

**Publicada no D.O.E. do dia 10/09/2010.*